

PRÁTICAS DE ESG: Uma análise a partir do ODS divulgadas pelas empresas do setor de consumo não cíclico listadas na B3

1 INTRODUÇÃO

Os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU fazem parte agenda 2030 e visam a promoção de ações integradas e claras em prol de um futuro melhor, já que abordam os temas de várias áreas desde a proteção da vida terrestre e aquática, a educação de qualidade, consumo responsável até a erradicação da pobreza. A adoção de práticas ESG (*Environment* -Ambiente, *Social* -Social e *Governance* - Governança) exige a movimentação de recursos, o que afeta o patrimônio das entidades.

Dessa maneira, a contabilidade socioambiental é um instrumento essencial pois é a responsável pelo reconhecimento, registro e divulgação dessas informações por meio dos relatórios utilizados para esse fim, como o relatório de sustentabilidade, que apesar de não serem exigidos por lei, necessitam ser formulados com integridade e fidedignidade.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa desse estudo consiste em: As práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU? Dessa forma, o objetivo geral é analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU.

Este trabalho se justifica pois perante a situação de destaque que essas empresas se encontram diante do mercado e a sociedade, ao causar impactos significativos não apenas na economia, mas também nos âmbitos ambiental e social. Apesar de impactos positivos como geração de empregos e renda, com base nas informações publicadas pelas próprias empresas em relação às qualidades de funcionários, essas empresas juntas contém mais de 435 mil colaboradores, contribuindo fortemente para desenvolvimento social e econômico onde vale destacar que no ano de 2023 a receita líquida dessas 4 empresas atingiu o valor de 613 Bilhões de reais. ocorre também os impactos negativos consumo de materiais que causam interferência ao meio ambiente e a sociedade como a emissão de gases de efeito estufa, desmatamento e uso excessivo de recursos naturais.

Desse modo, é fundamental verificar se os relatórios de sustentabilidade dessas empresas, evidenciam se as medidas tomadas e reportadas por elas estão de acordo com os ODS proposto pela ONU. Assim, esta pesquisa contribui com a literatura sobre sustentabilidade nas organizações para as discussões sobre a existência real de ações sustentáveis e de responsabilidade social alinhadas com as diretrizes da ONU.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Ribeiro (2012) a contabilidade ambiental não constitui uma nova contabilidade, mas sim uma ramificação da tradicional, adaptada a objetivos específicos de identificar, medir e esclarecer fatos econômico-financeiros referentes às práticas empresariais de preservação ambiental e sustentabilidade visando a transparência patrimonial da entidade. Em concordância Ferreira (2011) destaca um conceito inicialmente conhecido como contabilidade ambiental, que se tornou mais abrangente ao incorporar fatores sociais. Dessa forma, é reconhecido atualmente como contabilidade socioambiental.

Neste contexto, a contabilidade socioambiental executa uma função fundamental com relação à responsabilidade social corporativa ao registrar e evidenciar as ações de entidades, relacionadas à responsabilidade empresarial e sustentabilidade. Esse trabalho da contabilidade

socioambiental consolida a transparência e contribui para a legitimidade destas práticas sustentáveis no ambiente empresarial.

Nessa perspectiva Farinon *et al.* (2021) aborda que, a sustentabilidade consiste em ações focadas para conservar e garantir o equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico, evidenciando a importância da preservação dos recursos naturais no presente e para gerações futuras. Tal definição se alinha com o conceito de desenvolvimento sustentável, que segundo Albuquerque (2009) é aquele que satisfaz as necessidades do presente com equidade, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para realizar as suas, promovendo um equilíbrio dinâmico.

Nesse sentido a evidenciação e divulgação com maior relevância, comparabilidade e padronização dos relatórios e informações socioambientais, são orientadas conforme as NBC TDS-01 e 02, que seguem as normas estabelecidas pela IFRS S1 e S2.

De acordo com Dye (2001) a teoria da divulgação voluntária, trata-se de um caso particular perante a teoria dos jogos, seguindo o pressuposto de que a entidade ao divulgar informações voluntariamente, tende a omitir as informações que são desfavoráveis que a prejudicam e divulgará apenas aquelas que são favoráveis. É importante levar em consideração os motivos e incentivos que levaram a entidade a decidir divulgar essas informações, é necessário fazer uma interpretação crítica e contextualizada sobre essas informações.

O termo em inglês, ESG se trata de um conceito que aborda as práticas empresariais em três âmbitos: Ambiental, Social e Governança. Nessa linha, Redecker e Trindade (2021) confirma que os tópicos relacionados as questões socioambientais e responsabilidade empresarial encontram suporte no termo, ESG, que ressalta questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

De maneira ampla os temas de gestão sustentável, transparência nas divulgações e de forma fidedigna, estão diretamente ligadas a ESG. As entidades responsáveis por preparar, elaborar e publicar relatórios de sustentabilidade ou responsabilidade corporativa, devem considerar as inter-relações entre os ODS. O ONU (2015) conceitua os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) são a representação de metas estratégicas para combater as desigualdades, promover a paz e o futuro sustentável, contribuindo para agenda 2030 da ONU.

Segundo Rodrigues (2021) os conceitos ESG e ODS não são iguais. Contudo, atividades operacionais internas de ações ESG podem contribuir diretamente para o cumprimento dos ODS, que são propósitos mais abrangentes que almejam a sustentabilidade global.

3. METODOLOGIA

Este estudo teve como objetivo analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Portanto, este estudo se classifica como documental, descritivo e com abordagem qualitativa.

A coleta de dados foi efetuada mediante os relatórios de sustentabilidade de 2023 divulgados pelas empresas de carnes e derivados listadas na B3. O segmento de carne e derivados conta com seis empresas listadas na B3, como duas delas (Excelsior e a Minupar) não divulgaram relatório de sustentabilidade/relato integrado no período de análise, a amostra final compreendeu 4 empresas, a saber: BRF, JBS, Marfrig e Minerva. Essa escolha foi motivada em razão da grande influência das empresas em questão na sua área de atuação, no mercado e para a sociedade.

Para viabilizar a coleta de dados, foi feita uma pesquisa nos sites das empresas, no intuito de acessar os relatórios de sustentabilidade ou relato integrado e na sequência foi feito análise de conteúdo de Bardin (2011), seguindo três etapas (Pré-análise, Exploração e Tratamento). Os procedimentos de seleção de material, análise de relatórios e associação com

os ODS estão baseados no estudo de Scamardi et al. (2022), que efetuou um estudo prévio aplicado ao setor energético.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A JBS, Marfrig e Minerva nomeiam seus relatórios como relatório de sustentabilidade e a BRF optou por denominar de relatório integrado, mas todas tem o foco de reportar informações sobre sustentabilidade. Todas elas adotaram o padrão GRI em seus relatórios. Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos por meio da análise do conteúdo, conforme Bardin (2011). Tais resultados estão expostos na Tabela 1, por meio do qual é possível visualizar os 17 objetivos divulgados e priorizados pelas 4 empresas analisadas.

Tabela 1 - ODS divulgados pelas empresas de carnes e derivados listadas na B3

ODS	EMPRESAS				TOTAL
	BRF	JBS	Marfrig	Minerva	
1- Erradicação da pobreza		✓	✓		2
2- Fome zero e agricultura sustentável	✓	✓	✓	✓	4
3- Saúde e bem-estar	✓	✓	✓	✓	4
4-Educação de qualidade	✓	✓		✓	3
5-Igualdade de gênero	✓	✓	✓	✓	4
6-Água potável e saneamento	✓	✓	✓	✓	4
7- Energia limpa e acessível	✓	✓	✓	✓	4
8- Trabalho decente e crescimento econômico	✓	✓	✓	✓	4
9- Indústria, inovação e infraestrutura			✓	✓	2
10- Redução das desigualdades	✓	✓	✓	✓	4
11- Cidades e comunidades sustentáveis	✓	✓	✓		3
12- Consumo e produção responsáveis	✓	✓	✓	✓	4
13- Ação contra a mudança global do clima	✓	✓	✓	✓	4
14- Vida na água					0
15- Vida terrestre	✓	✓	✓	✓	4
16- Paz, justiça e instituições eficazes	✓	✓	✓	✓	4
17- Parcerias e meios de implementação	✓		✓	✓	3
TOTAL DE ODS DIVULGADOS POR EMPRESA	14	14	15	14	57
% DE ODS DIVULGADOS POR EMPRESA	82%	82%	88%	82%	84%

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os dados apresentados na Tabela 01 evidenciam homogeneidade no que se refere a divulgação dos ODS pelas empresas do setor de carne e derivados analisadas nesta pesquisa. Isso porque o nível de evidenciação dos ODS pelas quatro companhias pesquisadas, BRF, JBS, Marfrig e Minerva no ano de 2023 figurou na casa dos 80%. Este resultado demonstra que as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, afinal dos dezessete objetivos definido pela organização das nações unidas, no mínimo, as empresas analisadas mencionaram ações relacionadas ao seu compromisso com quatorze deles.

Vale ressaltar que a Marfrig foi a entidade que mais divulgou ODS em seu relatório de sustentabilidade de 2023, tendo divulgado esforços voltados à contribuição para o atingimento de 15 ODS. Contudo, esse dado não é significativamente diferente das três outras empresas analisadas, tendo estas divulgado 14 ODS. Por essa razão, considerou-se que existe no setor um comportamento isomórfico no que diz respeito ao *disclosure* de ODS no ano em análise.

Ademais, foi possível perceber por meio da análise de conteúdo os ODS priorizados. A Tabela 02 evidencia esse resultado:

Tabela 02 – Ranking dos ODS priorizados pelas empresas de carne e derivados listadas da B3

NÚMERO	DESCRIÇÃO DO ODS	% EMPRESAS QUE DIVULGARAM
2	Fome zero e agricultura sustentável	
3	Saúde e Bem-estar	
5	Igualdade de Gênero	
6	Água potável e Saneamento	
7	Energia Acessível e Limpa	
8	Trabalho decente e crescimento econômico	100%
10	Redução das desigualdades	
12	Consumo e produção responsáveis	
13	Ação contra a mudança global do clima	
15	Vida terrestre	
16	Paz, justiça e instituições eficazes	
4	Educação de qualidade	
11	Cidades e comunidades sustentáveis	75%
17	Parcerias e meios de implementação	
1	Erradicação da pobreza	50%
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	50%
14	Vida na água	0%

Fonte: Elaboração própria (2025)

Assim, é possível constatar que os ODSs 2,3,5,6,7,8,10,12,13,15 e 16 foram divulgados por todas as empresas, sendo considerados como prioridades para o segmento, o que corresponde a 64,7% do total de ODS. Destaca-se que os objetivos 7-Energia Acessível e Limpa e 13- Ação contra a mudança global do clima também foram considerados prioritários pelo setor de energia, conforme o estudo de Scamardi *et al.* (2022).

Já os ODS 4 – Educação de qualidade; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis e 17 – Parcerias e meios de implementação, alcançaram a marca de ser evidenciado por 75% das empresas cada um. Os ODS 1 –Erradicação da pobreza e 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura foram divulgados por 50 % da amostra. Tais ODS que tiveram divulgação entre 50 % e 75%, não estão totalmente alinhados com as necessidades diretas da atividade produtiva desse segmento, estando mais direcionados a projetos sociais, comunitários e estratégias reputacionais voltadas para os *stakeholders*. Em contrapartida o ODS 14 – Vida na água foi o único não divulgado por nenhuma das 4 empresas, revelando falta de preocupação com vida marinha, que é bem afetada devido a poluição hídrica, sendo necessário uma atenção maior por essas organizações. sendo este um ponto potencial a ser melhorado pela gestão.

Em geral, a divulgação das ações alinhadas aos ODS, são ações positivas que contribuem para melhoria do desempenho socioambiental das entidades e para manter a legitimidade reputacional. Neste contexto, compreende-se que tal resultado pode ser explicado pela teoria do *disclosure* voluntario. abordam que as organizações visam promover e divulgar ações que julgam que serão positivas e omitem aquelas a quais julgam ter impactos negativos para a entidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar se as práticas de sustentabilidade divulgadas pelas empresas do segmento de carnes e derivados listadas na B3 estão em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Para atingir os

objetivos previsto foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, descrita e documental, por meio da técnica de análise de conteúdo.

Analisou-se os relatórios de sustentabilidade das quatro organizações BRF, JBS, Marfrig e Minerva, que compõe o segmento de carnes e derivados da B3. Os principais resultados demonstraram que o objetivo do estudo foi integralmente alcançado e por meio do qual detectou-se um alto índice de *disclosure* dos objetivos de desenvolvimento sustentável, com mais de 80% de conformidade pelas entidades aos 17 ODS preconizados pela ONU.

Além disso, os objetivos priorizados foram os ODS 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 16, sendo divulgado por todas as entidades analisadas. Esses resultados corroboram os achados de Scamardi *et al.* (2022). Estes resultados estão limitados as entidades, aos relatórios de sustentabilidade e ao período analisado, não podendo ser generalizados. Assim, sugere-se que estudos futuros possam ampliar o recorte temporal, bem como investigar outros setores com o propósito de efetuar comparações.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE, J. L. (org.). **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: conceitos, ferramentas e aplicações.** São Paulo: Atlas, 2009. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro – CPC 00 (R2).** São Paulo: CPC, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- DYE, Ronald A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, Princeton, v. 32, p. 181–235, 2001.
- FARINON, Daniela et al. Práticas de sustentabilidade: um estudo em organizações do setor farmacêutico. In: CARVALHO, C. A. B. de; CARVALHO, A. B. de (org.). **Sustentabilidade.** v. 3. Belo Horizonte: Poisson, 2021. p. 153–169. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/sustentabilidade/volume3/Sustentabilidade%20vol3.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 978-85-224-6409-8. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341254989>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- FERREIRA, Talieh Shaikhzadeh Vahdat; MIRANDA, Kléber Formiga; SANTOS, Livia Maria da Silva. Teoria da divulgação. In: ALMEIDA, Karla Katiuscia Nóbrega de; FRANÇA, Robério Dantas de (org.). **Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade: uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2021. p. 111–129. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/758>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. **Linking the SDGs and the GRI Standards.** Amsterdã: GRI, maio 2022. Disponível em: https://globalcompact.at/wp-content/uploads/2022/09/gri-linkagesdg_gristandards-updatemay2022-final.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

REDECKER, Ana Cláudia; TRINDADE, Luiza de Medeiros. Práticas de ESG em sociedades anônimas de capital aberto: um diálogo entre a função social instituída pela Lei nº 6.404/76 e a geração de valor. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 7, n. 2, p. 59–125, 2021. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/2/2021_02_0059_0125.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

RIBEIRO, Maísa de S. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p. 45. ISBN 9788502108837. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502108837/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RODRIGUES, Haroldo. ESG e ODS não são sinônimos, são caminhos conectados. **Forbes Brasil**, São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-collab/2021/04/haroldo-rodrigues-esg-e-ods-nao-sao-sinonimos-sao-caminhos-conectados>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SCAMARDI, Gabrieli Furlan; OLIVEIRA, Kássia do Nascimento; FERREIRA, Leticia Aparecida. Divulgação dos ODS nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia da 16ª carteira ISE B3. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 22, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://revista.domalberto.edu.br/revistadecontabilidadefda/article/download/856/765>. Acesso em: 10 abr. 2025.